

O problema ético da Economia: um esforço de resgate

A relação entre a Ciência Económica e a Ética não poderia ter começado de forma mais auspiciosa. O «pai da Economia moderna», Adam Smith, era um professor de Moral e, naturalmente, via todos os seus trabalhos como integrados na disciplina. A Economia tem hoje vários problemas de relações com a Ética, mas é comum considerar que eles partem do facto de a ciência se ter afastado da direcção marcada pela sua fundação.

Mas é precisamente esse «começo auspicioso» que constitui a verdadeira origem dos referidos problemas. O falhanço do projecto moral do Iluminismo coloca em causa o próprio fundamento moral da Ciência Económica. A Economia nasceu no seio de uma Ética já defunta. Esta constitui a verdadeira dificuldade moral da Economia.

O presente texto procura esboçar a questão. A primeira secção isola esta ligação. Na segunda parte procuram-se algumas ideias básicas que permitam apontar uma via de solução deste problema conceptual. O esforço é formulado como a resposta a uma pergunta muito concreta e particular, mas com implicações profundas: qual o lugar de uma actividade como a Ciência Económica no sistema ético de S. Tomás. Não havendo propriamente conclusões, a secção 3 tenta sumariar o raciocínio.

Para um economista, escrever um texto com este objectivo neste enquadramento editorial, junto a autores desta craveira, num volume dedicado a tal personalidade, é atrevimento que roça a inconsciência. É forçoso portanto que seja tomado apenas como um ensaio que o aluno dirige ao seu antigo professor, com mais questões que respostas, esperando na orientação do mestre.

1. O pecado original da Economia

O professor de Moral escocês Adam Smith (1723-1790) é correntemente apontado como «o fundador da Economia moderna». Amigo e discípulo de David Hume (1711-1776), que foi uma das figuras mais marcantes da Filosofia Moral do século XVIII, Smith é autor de um dos principais texto de ética humeana, *«The Theory of Moral Sentiments»*, Smith (1976), originalmente publicado em 1759. O livro que deu origem à nova ciência, *«An Essay on the Nature and Causes of the Wealth of Nations»*, Smith (1981), representa o segundo volume das suas lições de moral, relativo à moral social, de que o livro de 1759 era o primeiro. A Economia nasceu, pois, na Ética.

1.1. A esquizofrenia da Economia

A origem da Economia é mais complexa do que o consenso corrente faz pensar. Amartya Sen, o prémio Nobel de 1998, na sua influente obra sobre as relações entre Ética e Economia, Sen (1987), afirma que esta ciência tem *«duas origens diferentes, ambas relacionadas com a política, embora de formas bastante diferentes»* (op. cit., p. 2). Estas duas origens são aquilo a que chama *«origem ética»* e *«origem engenheiral»* (op. cit., p. 3).

A primeira, que foi referida atrás, remonta a Aristóteles e, segundo Sen, tem como principais expoentes modernos Adam Smith, John Stuart Mill (1806-1873), Karl Marx (1818-1883) e Francis Edgeworth (1845-1926). Mas existe um outro enquadramento gerador da ciência. A *«origem engenheiral»* centra-se na descrição mecânica das relações sociais. *«Esta abordagem caracteriza-se por tratar fundamentalmente de aspectos logísticos e não fins últimos (...). Os fins são considerados como dados de forma muito directa, e o objecto do exercício é encontrar meios adequados para os servir (...). O comportamento humano é tipicamente considerado como baseado em motivos simples e facilmente caracterizáveis.»* (op. cit., p. 4). Segundo Sen, esta linha seguiu autores como William Petty (1623-1687), François Quesnay (1694-1774), David Ricardo (1772-1823), Augustine Cournot (1801-1877) e Léon Walras (1834-1910) (op. cit., p 6). Alegadamente, esta última abordagem tornou-se dominante na economia do século XX, pois *«a importância da abordagem ética enfraqueceu substancialmente à medida que a economia moderna evoluiu»* (op. cit., 7).

Todo o problema ético da Economia, segundo esta visão, nasce deste facto, a que podemos chamar a «esquizofrenia original». Os fundamentos desta «Economia engenheiral» e a relação entre ela e a «Economia ética» constituem as questões morais que se colocam à Ciência Económica. Nesta visão, hoje muito divulgada, a questão principal é a do uso que a Economia pode fazer da Ética no seu trabalho científico, tal como aquela pode dar contributos importantes para a investigação da Filosofia Moral. E lamenta-se a falta de consciência da utilidade desta relação (ver *op. cit.*, pp. 7-10). Tal descrição da situação tornou-se consensual. Um recente balanço das relações ético-económicas, Hausman e McPherson (1996), também utiliza a dicotomia entre «ética» vs «engenharia» (e.g. *op. cit.*, pp. 6, 209 e ss.) e coloca o problema nos mesmos termos.

O presente texto considera que esta análise está desfocada. Em vez de uma «esquizofrenia original», o que existe é um «pecado original», de que a esquizofrenia referida é apenas uma consequência.

1.2. *O falhanço do Iluminismo e suas consequências*

Infelizmente, o problema das relações entre a Filosofia Moral e a Economia é muito profundo. Ele advém da própria «parte ética» da Economia, e da natureza da Filosofia em que nasceu. A filosofia actual fala de um «falhanço do projecto moral do Iluminismo», proclamado por Alasdair MacIntyre (ver MacIntyre (1985), cap. 5).

David Hume, como John Locke (1632-1704), Immanuel Kant (1724-1804), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e outros autores do «século das luzes», procurou esboçar uma construção moral racional, baseada exclusivamente na liberdade humana e no seu comportamento. A ética iluminista era herdeira da ética racionalista de Thomas Hobbes (1588-1679) e Baruch Spinoza (1632-1677), por sua vez o resultado da perplexidade resultante do drama das guerras religiosas. Após a evolução social e intelectual dos séculos XVII e XVIII (ver MacIntyre (1998) cap. 10-12 e Abbà (1996) cap. II, 3-4), restou apenas o critério único da racionalidade do agente individual, considerado como radicalmente livre.

Deve notar-se que esta atitude rompe com todo o pensamento ético anterior e busca um desiderato totalmente novo. A Ética, toda a Ética, sempre partiu de uma referência externa. O discurso e a elaboração moral construíram-se sobre uma finalidade, uma orientação, uma referência, um *telos* que servia de guia e modelo a imitar. Foi este elemento central que os iluministas recusaram.

MacIntyre, um dos grandes tradutores contemporâneos desta crítica, afirmou que a ética baseia-se *«numa estrutura que requer três elementos, a natureza humana não-tutorada, o homem-como-ele-seria-se-realizasse-o-seu-temos, e os preceitos morais que lhe permitem passar de um estado para o outro. Mas o efeito conjunto da rejeição secular da teologia Protestante e Católica e a rejeição científica e filosófica do Aristotelismo tinha de eliminar qualquer noção do homem-como-ele-seria-se-realizasse-o-seu-temos. Como todo o propósito da ética — quer como disciplina teórica quer prática — é permitir ao homem passar do seu estado presente para o seu fim verdadeiro, a eliminação de qualquer noção de natureza humana essencial e, com ela, o abandono de qualquer noção de um temos deixa atrás de si um esquema moral composto dos dois restantes elementos, cuja relação se torna completamente confusa»* (ver MacIntyre (1985) pp. 54-55).

O Iluminismo tinha, pois, na sua agenda edificar uma Ética sobre dois dos pilares da decepada estrutura tripartida. As construções brilhantes e engenhosas dos magníficos pensadores iluministas merecem a nossa admiração estética. Mas temos hoje de constatar o seu falhanço fragoroso. A «simpatia» de David Hume, o «contrato social» de Locke e Rousseau, o «imperativo categórico» de Kant são notáveis criações intelectuais, mas não conseguiram o seu objectivo de fundar uma ética sustentável.

O resultado foi a degradação a que se assistiu na Filosofia Moral dos últimos 200 anos. As várias teorias morais dos séculos XIX e XX são também geniais edifícios intelectuais, mas realizados a partir de «pedaços dos escombros» do Iluminismo. O mecanicismo de Bentham (1748-1832), o pessimismo de Schopenhauer (1788-1860), o dramatismo de Nietzsche (1844-1900), a perplexidade de Sidgwick (1838-1900), o intuicionismo de G. E. Moore (1873-1958), o emotivismo de A. J. Ayer (1910-1989), entre muitas outros, são respostas imaginativas e coerentes, mas que não conseguem esconder um descabro filosófico. O «falhanço do projecto moral do Iluminismo» assombrou toda a evolução posterior.

A situação do pensamento ético contemporâneo é dolorosa e paradoxal. Ao lado de neo-iluministas, que procuram retomar o projecto falhado, aparecem novas variantes. Algumas escolas reduzem-se à hermenêutica da linguagem formal ou à gramática moral. Todas mantêm a abordagem decepada. O «emotivismo», uma das escolas dominantes, *«é a doutrina que todos os julgamentos avaliativos e, mais especificamente, todos os julgamentos morais, são nada mais do que expressões de preferência, expressões de atitudes de senti-*

mento, na medida em que são avaliativas no seu carácter» (op. cit., pp. 11-12). O panorama é de nihilismo, cepticismo e relativismo quase absoluto. A realidade actual e a evolução que lhe deu origem é bem descrita numa das mais recentes reflexões sobre o tema.

«A filosofia moderna possui, decerto, o grande mérito de ter concentrado a sua atenção sobre o homem. Partindo daí, uma razão cheia de interrogações levou por diante o seu desejo de conhecer cada vez mais ampla e profundamente. (...) Todavia, os resultados positivos alcançados não devem levar a descuidar o facto de que essa mesma razão, porque empenhada a investigar de maneira unilateral o homem como objecto, parece ter-se esquecido de que este é sempre chamado a voltar-se também para uma realidade que o transcende. Sem referência a esta, cada um fica ao sabor do livre arbítrio, e a sua condição de pessoa acaba por ser avaliada com critérios pragmáticos baseados essencialmente nos dados da experiência, na errada convicção de que tudo deve ser dominado pela técnica. Foi assim que a razão, sob o peso de tanto saber, em vez de exprimir melhor a tensão para a verdade, se curvou sobre si mesma, tornando-se incapaz, com o passar do tempo, de levantar o olhar para o alto e de ousar atingir a verdade do ser. A filosofia moderna, esquecendo-se de orientar a sua pesquisa para o ser, concentrou a própria investigação no conhecimento humano. Em vez de se apoiar na capacidade que o homem tem de conhecer a verdade, preferiu sublinhar as suas limitações e condicionamentos. Daí resultaram várias formas de agnosticismo e relativismo, que levaram a investigação filosófica a perder-se nas areias movediças dum cepticismo generalizado» (João Paulo II (1998), 5).

1.3. A Economia no centro do problema da Ética

A descrição da evolução filosófica pós-iluminista e da situação actual tem, necessariamente, ressonâncias familiares a um economista. A proximidade da Economia e da Ética é, naturalmente, congénita. Uma das definições mais utilizadas de Economia é que ela constitui «a ciência da escolha» (Samuelson e Nordhaus (1993) p. 5). É impossível que uma disciplina se centre na análise da escolha humana e não seja fortissimamente influenciada pela Moral.

Mas existe uma outra dimensão que agora pode ser introduzida. Não são apenas as relações entre a Economia e a Filosofia que estão em causa. A Economia, realmente, situou-se nuclearmente no centro da evolução referida.

a) *Evoluções paralelas*

Não é este o local para analisar extensivamente o paralelismo entre as evoluções histórias da Economia e da Filosofia Moral, até porque, em grande medida, esse importante estudo ainda estar por fazer. Mas a referência a alguns pontos de coincidência chega para fazer ressaltar essa ligação próxima.

Após a abordagem humeana de Adam Smith, a Economia, tal como a Filosofia Moral, viveu uma época utilitarista. A nova ciência formalizou-se com David Ricardo, amigo íntimo do benthamista James Mill (1773-1836) e a «economia ricardiana ou clássica» atingiu o seu auge com John Stuart Mill (1806-1873), o principal discípulo de seu pai James e um dos homens que mais fez para tentar redimir o utilitarismo de Jeremy Bentham dos ataques que se acumulavam. A terceira figura da «escola clássica», o alemão Karl Marx, é herdeiro moral de Kant e Hegel, com abordagem paralela a Nietzsche.

Após a transformação científica da «revolução marginalista», nos anos 1870, a «escola clássica» transformou-se na «escola neoclássica», a estrutura que ainda hoje domina a ciência. O desenvolvimento posterior da escola segue de perto a Moral. Alfred Marshall, a sua principal referência inicial, é um típico moralista vitoriano, amigo e colega de Henry Sidgwick. John Maynard Keynes (1883-1946), o economista mais conhecido do século XX, é um discípulo fervoroso de G. E. Moore (MacIntyre (1985) p. 14). Hoje, economistas como John C. Harsanyi (1920-...), prémio Nobel de 1955, são autores referidos em manuais de Ética (e.g. Abbà (1996) pp. 103-104).

Os temas acompanham-se também de perto. A «função de utilidade» é um conceito central na Economia, fundamentando a escolha do consumidor que, por sua vez, constitui a razão de ser de toda a actividade económica. Embora exista uma diferença muito grande entre a «utilidade económica» e os conceitos do utilitarismo (ver Sen (1987) pp. 38-47, Hausman e McPherson (1996), cap. 8), o seu nascimento foi o mesmo e a relação manteve-se próxima durante muito tempo.

Este paralelo foi identificado, no dealbar da «escola neoclássica», por um dos maiores economistas de todos os tempos: *«É notável que as principais investigações na Ciência Social possam ser vistas como problemas de máximo. Pois a Economia investiga os arranjos entre agentes, cada um tendendo para a sua utilidade máxima; e a Política e Ética (Utilitária) investigam os arranjos que conduzem à*

soma máxima da utilidade total» (Edgeworth (1881) pp. 6-7). Esta frase, no seu simplismo e ingenuidade e fascinada com a aparente harmonia intelectual, define a Economia em paralelo com a Ética.

Para além do tema da utilidade, existem disciplinas económicas, como a «teoria da escolha pública» ou a «teoria dos jogos», que constituem temas integrantes da análise ética (ver Hausman e McPherson (1996) cap. 12.3). O renascimento do utilitarismo e do consequencialismo na Filosofia Moral após os anos 1980 (v. Hausman e McPherson (1996) cap. 8.3) aproxima hoje ainda mais as duas disciplinas.

No limite, a descrição do emotivismo que atrás foi feita tem um sabor muito familiar para um economista. Dizer que «*os julgamentos morais, são nada mais do que expressões de preferência*» é dizer que são muito parecidos com algo com que os economistas lidam. Pode mesmo ter-se a tentação de dizer que a Ética emotivista se reduziu a uma aplicação extensiva da Economia. Esta constatação abre a porta a uma interpretação muito mais radical e significativa.

b) *Uma hipótese perturbadora*

O «projecto moral do iluminismo» era construir uma ética puramente racional, para um agente autónomo radicalmente livre. Esse projecto filosófico falhou, mas a Economia sobreviveu. Admitindo que o falhanço do grande projecto racionalista de Filosofia Moral do Iluminismo é o facto mais determinante da evolução desta disciplina nos últimos dois séculos, temos de afirmar que a Ciência Económica se encontra estreitamente ligada a esse falhanço. A Economia moderna constitui um dos produtos intelectuais mais genuínos da abordagem iluminista. O seu tema situa-se numa área limítrofe ou fronteiriça da discussão moral. A sua evolução e os seus sucessos acompanharam de perto os estertores da Moral iluminista.

Esta ciência pode, assim, ser vista como uma das poucas dimensões bem sucedidas do programa iluminista. A evolução referida da Economia, paralela à Moral mas com êxito em termos intelectuais, pode ser interpretada como o progresso da legítima herança iluminista. A escola do mestre Hume teve como principal resultado sobrevivente a construção feita pelo discípulo Adam Smith.

Algumas das principais abordagens de Filosofia Moral derivadas do Iluminismo aproximaram-se decididamente da argumentação económica, como se viu. Na busca de vias para reconstruir os «pedaços dos escombros» do seu paradigma, os herdeiros do Ilumi-

nismo viraram-se com frequência para a estrutura intelectual da Ciência Económica, uma disciplina que, sendo irmã, gozava de uma maior estabilidade intelectual.

Obviamente que estar ligada a uma Filosofia em decadência é uma fonte de problemas. Ser usado por ela piora a situação. Todo este complexo de questões constitui «o pecado original da Economia». Esta breve discussão procurou justificar a ideia básica que será o ponto de partida para a secção seguinte.

c) *O valor dos escombros*

Mas antes, é conveniente limitar o âmbito do problema. Sobre-tudo, é importante vincar que não se trata de um ponto estritamente epistemológico e, portanto, constitutivo da ciência. Em termos metodológicos, a Economia tem uma situação sólida e estabilizada, com resultados interessantes e relevantes que lhe asseguram um lugar digno entre as ciências sociais. Ao longo dos mais de 200 anos de vida, a Ciência Económica construiu uma abordagem que tem dado importantes contributos para a análise da escolha humana e compreensão do comportamento pessoal e social.

Claro que a Economia não se arroga nenhum monopólio na compreensão destes fenómenos. Ela não é a única disciplina, mas uma das disciplina deste campo, e não deve ser ignorada na compreensão dessa realidade. Não substitui a Sociologia, a Ética, e outros estudos do comportamento humano. Mas também não é substituível por eles. Não está pois em causa mudar a Economia ou refundá-la.

O mesmo não se pode dizer da Filosofia Moral moderna. Foi aí que se deu a crise, e aí se vivem momentos de grande perplexidade, incerteza e transformação de paradigmas. Aí, sim, existe lugar para revoluções e refundações. As referidas críticas de MacIntyre e Abbà, por exemplo, são corporizações sugestivas desses esforços.

O «pecado original» que se referiu é, antes de mais, a resultante do fiasco da Filosofia Moral iluminista sobre a Ciência Económica. E ele é a fonte das múltiplas dificuldades que a Economia tem no tratamento de temas com implicações éticas, incluindo a referida «esquizofrenia». Uma das vias mais simples para redimir esse pecado é procurar uma orientação moral alternativa para a Economia. Será possível relacionar a Ciência Económica com um edifício ético mais sólido?

2. Vias para a redenção da Economia

Traçado os contornos do problema, de forma breve e impressionista, é possível esboçar também algumas propostas para o ultrapassar. Obviamente que a profundidade da questão impede soluções simples e rápidas. Mas é possível indicar pistas para levar a Ética a aceitar a Economia.

Nesta última frase, a palavra «Ética» não se refere, naturalmente, à Filosofia Moral iluminista e suas derivadas. Estas, como se disse, não têm dificuldades com a Economia, mas têm terríveis problemas de coerência, de relevância e sobrevivência. Por isso, nesta segunda secção tratar-se-á daquela Ética que não sofre do «vírus iluminista». Na linha das abordagens que têm sido utilizadas para o diagnóstico e terapêutica desse vírus, aquela Ética que se mantém imune aos problemas iluministas é uma «Ética de virtudes». Deste modo, e sem entrar em mais debates, a palavra Ética passará a referir-se às Filosofias Morais de raiz aristotélica em geral e, sobretudo na parte final desta secção, à ética de S. Tomás de Aquino em particular.

Antes de buscar as propostas de solução, porém, é necessário proceder ao estabelecimento de um outro resultado. Dada a opção pela abordagem de Aquino, é conveniente esboçar os termos gerais da relação entre a Teologia e Ética católicas, por um lado, e a Ciência Económica, por outro.

2.1. A viabilidade da redenção

O esforço que se segue baseia-se na hipótese de que a Filosofia e Teologia Moral cristãs podem ter uma relação saudável com a Ciência Económica. Na verdade, essa hipótese fundamenta-se numa antiga prática das primeiras. Tal facto foi reafirmado muito recentemente de forma inequívoca. *«Quando surgiram as primeiras universidades, a Teologia começou a relacionar-se mais directamente com outras formas da pesquisa e do saber científico. Santo Alberto Magno e S. Tomás, embora admitindo uma ligação orgânica entre a filosofia e a teologia, foram os primeiros a reconhecer à filosofia e às ciências a autonomia de que precisavam para se debruçar eficazmente sobre os respectivos campos de investigação»* (João Paulo II (1998), 45).

Mas o papa João Paulo II identifica também um problema a que chama «o equívoco que se gerou sobretudo a respeito das 'ciên-

cias humanas'. O Concílio Vaticano II afirmou, várias vezes, o valor positivo da pesquisa científica para um conhecimento mais profundo do mistério do homem (cf. Const. past. sobre a Igreja no mundo contemporâneo Gaudium et spes, 57.62.) Mas, o convite dirigido aos teólogos para conhecerem estas ciências e, se vier a propósito, aplicá-las correctamente nos seus estudos, não deve ser interpretado como uma implícita autorização para marginalizar a filosofia, pondo-a de parte na formação pastoral e na praepratio fidei» (João Paulo II (1998), 61).

Estes dois breves mas sugestivos apontamentos permitem estabelecer importantes condições de partida. Em primeiro lugar, é patente que há lugar para um diálogo e colaboração entre a Teologia Moral e a Economia. S. Tomás de Aquino constitui mesmo uma referência exemplar para essa relação. Esse diálogo pode ser salutar para o tratamento do problema particular que nos ocupa. Uma segunda conclusão que se impõe é que se vivem actualmente problemas nesse diálogo, que geraram certos «equívocos». Este segundo aspecto merece um breve desenvolvimento, antes de avançar para as soluções.

2.2. Uma recusa ética da Economia?

Também não é este o local para desenvolver a natureza específica do «equívoco das 'ciências humanas'» a que o papa se refere. Mas ele serve de pretexto para referir brevemente uma atitude ética perante a Economia que, embora drástica, goza de grande popularidade em alguns sectores limitados da Igreja Católica.

Os problemas concretos das relações entre a Economia e a Ética, nascidos do problema referido atrás, são uma realidade. Alguns há que, confrontados com eles, simplesmente deixam cair a Economia. Não fazem um ataque científico, que derrube a estrutura lógica da investigação. Não é essa, naturalmente, a tarefa própria de teólogos e moralistas. Mas, no tratamento de questões concretas da economia, que caem directamente, na alçada da sua reflexão, rejeitam os resultados da ciência. Este não se identifica necessariamente com o «equívoco» de que fala o papa, mas é indiscutivelmente um equívoco da relação da Teologia com as «ciências humanas».

Muitos exemplos poderiam ser referidos para ilustrar esta atitude. Por razões de laconismo serão seleccionados apenas dois,

um de aplicação dessa atitude, outro de rejeição e denúncia da mesma posição.

Num recente volume de análise dos problemas económicos, Mieth *et al.* (1997), a revista *Concilium* apresenta vários exemplos desta atitude. Um dos textos mais claros é o contributo de Enrique Dussel, «O mercado na perspectiva ética da teologia da libertação», onde é apresentada uma descrição da estrutura moral de onde sai a Ciência Económica:

«No fundo trata-se de uma tautologia: parte-se da moral burguesa vigente e formalmente da preexistência do mercado; enumeram-se depois por dedução seus pressupostos normativos já sempre exigidos a priori; estes são definidos como as normas básicas; e a partir deles (que, como mostramos, foram deduzidos do mercado) pretende-se agora fundar ontológico-ética e histórico-evolutivamente o próprio mercado. Chamamos a isto de «ética funcional» (e tem as suas teologias e a «doutrina social» de alguma igreja, também funcionais). Esta ética funcional se deduz: a) de uma ciência social funcional (neste caso extremo, de uma economia neoliberal, conservadora, onde a «lógica do mercado total» por si só consegue mais eficazmente a sobrevivência da humanidade); b) de um sistema capitalista realmente existente» (op. cit., pp. 124 [300]).

Esta explicação consubstancia uma determinação de um outro «pecado original da Economia», alternativo ao esboçado atrás, embora muito distinto na sua fundamentação e lógica. Mas o ponto mais interessante é que a resposta parte da recusa da Ciência Económica. Esta é considerada demasiado ligada à sua origem iluminista para poder ter redenção. Por isso, a solução é a busca de uma «teologia crítica ou de libertação diante deste tipo de formulações com pretensão de cientificidade, objectividade, inevitabilidade e naturalidade económica» (*ibidem*).

O outro exemplo é a ácida carta aberta a João Paulo II, Paternot e Veraldi (1989), que os autores titulam com a pergunta «Deus é contra a Economia?». Nela se acusam alguns sectores da Igreja de ignorarem ou rejeitar os resultados da Economia. Perguntam eles logo no frontispício: «A Igreja amará a tal ponto os pobres que procura fazer mais, por medo que lhe falem? Esta é a questão perturbadora que se colocam muitos católicos exercendo responsabilidades na economia. Eles vêem, com efeito, as autoridades cristãs promover teorias que levam a uma verdadeira sabotagem do desenvolvimento, particularmente para os deserdados dos nossos países e do Terceiro Mundo» (op. cit., p. 7).

As duas citações são suficientes para mostrar a relevância de uma resposta drástica de rejeição ética da Economia. Em muitos casos a atitude não é assumida explicitamente, mas é aceite de forma tácita. Segundo ela, a Economia não tem redenção possível, a não ser se proceder a uma descaracterização e refundação radical. Não se procederá a uma refutação desta tese. Ela é admissível e viável. Apenas foi referida porque introduz um elemento de dramaticidade na busca que se segue. Se essa busca não tiver sucesso, a Economia fica sem redenção.

2.3. *A Economia no sistema de S. Tomás*

As consequências da ligação da Economia à Ética iluminista são vastas e profundas. A resolução desses problemas será trabalho de gerações. Nessa gigantesca tarefa, existe uma questão preliminar elementar que é importante para fundamentar o esforço subsequente. Trata-se de um primeiro passo para compatibilizar a disciplina económica, tal como ela existe, com um sistema de ética alternativo ao iluminista. De forma ainda mais específica, pretende-se simplesmente entrever como será possível, no sistema filosófico de S. Tomás de Aquino, considerar uma disciplina com as características da Economia.

Obviamente que uma resposta afirmativa deixa em aberto todo o trabalho posterior de compatibilização. Mas uma resposta negativa teria consequências drásticas, do tipo das consideradas do ponto anterior.

a) *O tratamento tradicional*

À primeira vista esta questão parece de solução simples. Existem dois elementos que constituem o «tratamento tradicional» tomista da Economia. Estes dois elementos vêm de Aristóteles, de quem S. Tomás é considerado o discípulo medieval.

O primeiro aspecto é a identificação, na tradição aristotélico-tomista, de uma «esquizofrenia» quase paralela à referida por Sen. Aristóteles no primeiro livro da Política (Aristóteles (1932) I,iii,1-16) separou duas actividades económicas fundamentais, uma das quais (*crematistische*) é condenada e a outra (*oeconomiche*) é aceite (ver

por exemplo Neves (1997) para uma descrição escolar deste ponto). Desta distinção sai a condenação aristotélica do comércio e do juro (*op. cit.*, I,iii, 17-22).

No comentário que S. Tomás fez a essas páginas, como de costume, a distinção torna-se mais clara que no original de Aristóteles. «*O dinheiro é visto na actividade comercial (pecuniativem campso-riam) como um fim; assim se busca adquirir o dinheiro. Mas na administração doméstica (oeconomicam) não é visto como um fim, mas ordenado a um fim, que é o governo da casa*» (Aquino (1966) I,viii, [123]). A causa é moral, pois «*homines student ad vivendum qualitercumque, non autem ad vivendum bene, quod est vivere secundum virtutem*» (*op. cit.*, [126]). S. Tomás centra deste modo a distinção na orientação para o fim e não, como Aristóteles, na teoria do «limite natural» (ver Langholm (1983) 52-53, Lowry (1998) 31-32). Apresentada assim, é quase imediata a identificação entre «*oeconomiche*» e «*origem ética da Economia*», por um lado, e «*crematis-tiche*» e «*origem engenheiral*, por outro».

O outro elemento da «economia tomista» é o tratamento feito no quadro dos Tratados da Lei (I-II, 90-97) e da Justiça (II-II, 57-80). Este facto advém de se notar que a «ciência económica pura» de Aristóteles não se encontra na Política, mas no livro V da Ética a Nicómaco, que se ocupa da Justiça (ver Neves (1997) 2). A ligação da Economia à Justiça aristotélico-tomista tornou-se tradicional. «*Porque está relacionado com a justiça, a doutrina económica ocupa um lugar bem definido dentro do sistema de lei de Aquino*» (Gordon (1975) p. 158). Em particular, existem mesmo algumas «questões eminentemente económicas» na *Summa Theologiae* (ST) que os economistas estudam, todas no Tratado da Justiça. As mais referidas são as relativas ao roubo e à rapina (ST II-II, 66), à fraude e à usura (ST II-II, 77 e 78), onde o santo faz o estudo da propriedade e das actividades comerciais e bancárias.

Esta forma de abordar a Economia no sistema tomista tem naturalmente méritos, mas mostra também fragilidades. Em primeiro lugar, é hoje muito discutido se S. Tomás acompanhou Aristóteles na distinção feita do primeiro livro da Política. É mesmo possível encontrar uma refutação explícita por parte do Teólogo (ver Neves (2000) para uma discussão deste ponto). Mas, mais importante, a discussão das operações económicas nos Tratados da Lei e da Justiça é feita de um ponto de vista externo, fora dos contornos da escolha económica, o verdadeiro objecto da Economia.

b) *A estrutura das ciências*

Procurando completar esta visão clássica, deve começar-se pela consideração do estatuto científico da Economia na abordagem do sistema de S. Tomás. No seu *In Librum Boetii De Trinitate Expositio*, o autor realiza o seu tratamento mais exaustivo da estrutura e método das ciências.

S. Tomás afirma que «o intelecto teórico ou especulativo é distinto propriamente do intelecto operativo ou prático pelo facto de o intelecto especulativo ter por seu fim a verdade que ele contempla, enquanto o intelecto prático dirige a verdade sob consideração para a actividade como um fim» (Aquino (1954) p. 364, II,i(v) 1). Como a Economia moderna tem como fim a obtenção do conhecimento, isto parece fazer dela uma ciência especulativa.

No entanto, logo em seguida é afirmado: «Mas como a matéria tem de estar proporcionada ao fim, o assunto das ciências práticas tem de ser relativo a coisas que possam ser feitas ou realizadas por nós, para que possamos dirigir o seu conhecimento para as actividades como para um fim. Por outro lado, o assunto das ciências especulativas deve ser coisas que não podem ser feitas ou realizadas por nós, para que o nosso conhecimento delas não possa ser dirigido para actividade como para um fim» (*ibidem*). Assim, pelo seu objecto, a actividade humana, a Economia vem integrada numa ciência prática. Esta tese de S. Tomás parece criar um problema ao tratamento das ciências sociais modernas. Não falta quem diga que o propósito da Economia, de fazer um estudo especulativo sobre o comportamento humano, é impossível.

S. Tomás resolve a questão, admitindo uma componente teórica nas ciências práticas, sem que por isso se tornem especulativas. «Quando dividimos a medicina em teórica e prática, a divisão não é feita na base do fim. Porque nessa base toda a medicina é prática, pois é dirigida à prática. Mas esta divisão é feita na base de se o que é estudado na medicina é próximo ou remoto da prática. Assim chamamos prática àquela parte da medicina que ensina o método de cura (...) chamamos parte teórica a que nos ensina os princípios dirigentes do homem na sua prática, embora não imediatamente, por exemplo que há três virtudes e tantos tipos de febre. Consequentemente, se chamamos teórica a alguma parte de uma ciência prática, não devemos por causa disso colocar essa parte nas filosofias especulativas» (*ibidem*, ad. 4). A Ciência Económica moderna constitui pois a parte teórica de uma ciência prática. Essa, na linha de Smith e os autores clássicos, pode chamar-se «Economia Política».

c) *A estrutura das virtudes*

Mas não será possível avançar mais na integração da Ciência Económica na estrutura sistémica de S. Tomás? Em particular, não será possível fazer uma relação que tenha relevância para as questões éticas? S. Tomás nunca fez análise científica das questões económicas. O seu problema é teológico. Mas é possível encontrar uma saída, se nos socorrermos do paralelo que o próprio autor fez entre as ciências e as virtudes. Disse ele, logo na primeira questão da *Summa*: «*Existe, com efeito, a mesma relação entre o assunto de uma ciência e a própria ciência que há entre o objecto e uma potência da alma ou um hábito. Afectamos propriamente como objecto a uma potência ou a um hábito o que determina o ponto de vista (ratio) sob o qual todas as coisas se referem a essa potência ou a esse hábito*» (ST I, 1,7).

Usando este paralelo, a análise pode penetrar mais fundo. A abordagem tradicional, centrada nos Tratados da Lei e da Justiça não deve ser abandonada. Mas só ganha significado se antecedida pelos estudos do Acto Humano (I-II, 6-17) e da Prudência (II-II, 47-56). É aí que se encontram os fundamentos da Economia de S. Tomás. «*O Filósofo (VI Eth. XII 6 (1144 a 8)) disse que “a virtude moral rectifica a intenção do fim, a prudência, os meios ordenados para o fim”. Por isso não pertence à prudência fornecer o seu fim às virtudes morais, mas apenas dispor o que é ordenado ao fim*» (ST II-II, 47, 6, sc). Esta consideração é reforçada pelo facto de, ao discutir as «partes subjectivas» da Prudência, S. Tomás incluir os temas a que o estudo económico da escolha mais frequentemente é aplicado: a «política» (*politica*) (ST II-II, 50, 2) e a «administração familiar» (*oeconomica*) (ST II-II, 50, 3)

Afirmar que a Economia de S. Tomás radica na Prudência tem uma vantagem evidente: ela resolve o problema das «origens ética e engenheirais» da Economia. No seu sistema, em vez desta distinção esquizofrénica, o problema é tratado de forma muito mais coerente e elegante. Ao discutir se a «prudência pode existir nos pecadores» (ST II-II, 47, 13), S. Tomás afirma: «*Os pecadores podem ser homens de bom conselho em vista de um fim mau ou de um bem particular (...) Assim, eles não têm a prudência, que só se interessa pelo bem; mas diz o Filósofo (VI Eth. XII 9 (1144 a 23)), encontra-se neles aquilo a que se chama de inotica, quer dizer uma habilidade natural (naturalis industria) que se presta ao bem como ao mal; ou a astúcia (astucia) que só se presta ao mal; nós chamámos-lhe acima*

falsa prudência (falsam prudentiam) ou *prudência da carne* (prudentiam carnis)» (ST II-II, 47, 12 ad.3). Esta distinção entre «deinotica» e prudência resolve definitivamente a esquizofrenia da «economia engenheiral» e «economia ética» ficando solucionado o problema ético essencial da Economia.

3. Conclusões

Nascida no meio do terrível equívoco iluminista e numa esquizofrenia básica, a Economia busca uma relação estável com a Ética. Em certos casos limite, é mesmo usada em substituição da Ética por alguns emotivismos. Noutros é rejeitada por algumas abordagens éticas, considerada como demasiado enfeudada à sua origem filosófica. Um e outro caso cometem o erro de supor que a Economia é suficiente para fazer julgamentos morais, divergindo apenas na sua apreciação do resultado.

O ponto de vista sistémico de S. Tomás de Aquino torna as questões muito mais claras. É possível partir para a construção de uma ligação da Economia com o estudo da escolha humana e da Prudência de S. Tomás, completando depois com a análise da Lei e a Justiça. As dificuldades deste esforço são várias. Mas ficam identificadas ao considerar que *«enquanto as ciências humanas, como todas as ciências experimentais, desenvolvem um conceito empírico e estatístico de 'normalidade', a fé ensina que tal normalidade traz em si vestígios de uma queda do homem da sua situação original, ou seja, está afectada pelo pecado»* (João Paulo II (1993) n.º 112).

JOÃO CÉSAR DAS NEVES

REFERÊNCIAS

- ABBÀ, Giuseppe (1996), *Quale Impostazione per la Filosofia Morale?*, Las, Roma.
- AQUINO, S. Tomás de (1925), *La Prudence*, Editions de la Revue des Jeunes, Desclée et Cie, Paris.
- AQUINO, S. Tomás de (1985), *Somme Théologique*, Cerf, Paris.
- AQUINO, S. Tomás de (1954), *Opuscula Theologica. Volumen II – De Re Spirituali accedit Expositio super Boetium De Trinitate et De Hebdomadibus*, Marietti, Taurini, Romae.
- AQUINO, S. Tomás de (1966), *In Octo Libros Politicorum Aristotelis Expositio*, Marietti, Taurini, Romae.
- ARISTÓTELES (1932), *Politics*, translated by H. Rackam, Harvard University Press, M. A. Cambridge, Mass. (The Loeb Classical Library, vol. XXI).
- HAUSMAN, David e Michael McPherson (1996), *Economic Analysis and Moral Philosophy* Cambridge University Press.
- EDGEWORTH, F. (1881), *Mathematical Psychics* Augustus M. Kelley.
- GORDON, Barry (1975), *Economic Analysis before Adam Smith – Hesiod to Lessius*, London, MacMillan.
- JOÃO PAULO II (1993), *O Esplendor da Verdade*, Rei dos Livros, Lisboa.
- JOÃO PAULO II (1998), *A Fé e a Razão*, Paulinas, Lisboa.
- LANGHOLM, Odd (1983), *Wealth and Money in the Aristotelian Tradition – A study in Scholastic Economic sources*. Bergen: Universitetsforlaget.
- LOWRY, S. Todd (1998), «The Economic and Jurisprudential Ideas of the Ancient Greeks: Our Heritage from Hellenic Thought» in S. LOWRY and B. GORDON (Eds.) (1998), *Ancient and Medieval Economic Ideas and Concepts of Social Justice*. Leiden: Brill., 11-38.
- MACINTYRE, Alasdair (1985), *After Virtue: a Study in Moral Theory*, 2.^a ed., Duckworth, London.
- MACINTYRE, Alasdair (1998), *A Short History of Ethics* 2.^a ed., University of Notre Dame Press, Notre Dame, Indiana.

- MIETH, D. *et al.* (1997), «Fora do Mercado não há Salvação?» *Concilium*/ 270 -1997/2, Editorial Vozes, Petrópolis.
- NEVES, J. C. (1997), «A Economia de Aristóteles», *Brotéria*, vol. 144, 5/6, Lisboa.
- NEVES, J. C. (2000), «Aquinas and Aristotle's Distinction on Wealth», *History of Political Economy*, Summer, forthcoming.
- PATERNOT, Jacques e GABRIEL VERALDI (1989), *Dieu est-il contre l'Économie? Lettre à Jean-Paul II*, Éditions de Fallois, L'Age d'Homme.
- SAMUELSON, P. e W. NORDHAUS (1993), *Economia*, 14.^a edição, McGraw Hill, New York.
- SEN AMARTYA (1987), *On Ethics & Economics*, Basil Blackwell.
- SMITH, A. (1981), *Inquérito sobre a Natureza e Causas da Riqueza das Nações*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa (1981).
- SMITH, Adam (1976), *The Theory of Moral Sentiments*, 2.^a ed., Liberty Classics, Indianapolis.